



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 58 - 1ª Quinzena de setembro de 1993 - CR\$ 30,00

**A vitória da greve dos professores
depende de uma ação enérgica contra o
governo Fleury do PMDB.**

**Vamos voltar ao Palácio com
a força de massa.**

Viva a educação pública e gratuita!

**Abaixo o governo
antinacional e antipopular!**

Golpe na Rússia

**Yeltsin pretende impor uma ditadura
restauracionista e pró-imperialista.
Fora os vendilhões do socialismo!**

**O proletariado do mundo inteiro
está chamado a defender as bases
da Revolução de Outubro!**

Começa Reforma Constitucional

Depois de semanas de negociação e disputas entre facções, o Congresso aprovou o início da reforma constitucional para o dia 6 de outubro. Os partidos burgueses concordam com a necessidade de se fazer uma revisão constitucional. As polêmicas das últimas semanas giraram muito mais ao redor de quando aconteceria e quais aspectos seriam discutidos e modificados. Os interesses oligárquicos é que estavam por trás das disputas. Os aspectos centrais da reforma constitucional, exigidos pelo imperialismo, não foram questionados pela maior parte das forças burguesas: abertura da economia (entrega da Petrobrás, eliminação da diferença entre empresa nacional e estrangeira, menor ingerência do Estado, etc), reforma tributária (aumento de impostos, reconcentração dos tributos em nível federal, etc), fim da aposentadoria por tempo de serviço e da estabilidade do funcionalismo público, etc. O que gerava polêmica eram os interesses de grupo (oligárquicos): quem seria atingido pelo aumento de impostos; como ficaria o congresso com modificações nas proporções das bancadas dos estados; qual a

amplitude e a velocidade da abertura da economia, que implica em quebras de setores nacionais. A solução para o impasse foi a negociação de pontos comuns de mudança, que não contrariassem a maioria das frações burguesas.

O que se garantiu foram as imposições do imperialismo. A burguesia brasileira não conseguiu construir partidos que expressassem os interesses das frações da classe, só frentes oligárquicas extremamente diferenciadas em nível nacional. Com o aprofundamento da crise econômica e política e o aumento conseqüente da divisão interburguesa, essas imitações de partidos entram em profunda crise. Extremamente divididos, não são capazes de encaminhar plenamente o processo de revisão constitucional. De fato, os partidos estão sob o controle oligárquico, como ficou demonstrado na crise do PMDB.

A posição das esquerdas confunde as massas

Quando fala em fazer a reforma constitucional, a burguesia pretende atender às pressões do imperialismo, de um lado, e atacar as conquistas sociais das massas por outro, resguardando o máximo possível os interesses das oligarquias que controlam o Estado. A posição das esquerdas se apresenta como defensora dos chamados direitos sociais e dos interesses da nação. O caminho que apresentam é a defesa da Constituição atual e a possibilidade de avanços a serem feitos por um congresso que, segundo julgam, será mais progressista porque eleito em 94, sob influência da campanha presidencial de Lula. Essa posição alimenta uma confusão nas massas, que favorece a ação da burguesia.

Não é interesse das massas a defesa da

Constituição burguesa. Nem da atual nem de nenhuma outra. Isto porque a Constituição é a principal base legal para o exercício da ditadura de classe da burguesia sobre o conjunto da nação. Os movimentos operário e popular não devem se subordinar a ela, mas lutar para pôr abaixo a ordem institucional burguesa, e construir o Estado Operário. Não cabe apoiar a atual constituição, mas rejeitá-la (inclusive por ser reacionária).

A posição de adiamento ou de defesa da atual constituição alimenta nas massas ilusões de que um parlamento "melhor" poderá colocar avanços de interesses dos trabalhadores na Constituição e, portanto, que o caminho para as conquistas sociais ou democráticas seria a eleição de mais deputados "progressistas".

O deputado da Convergência Socialista (PST-U, Gradella) chegou ao ponto de afirmar que uma revisão "tem que ser feita, mas não agora nem nas condições que querem impor". Qual o conteúdo dessa afirmação? Que a atual constituição não é boa, precisa ser modificada, mas isso só vai ser feito por uma bancada mais progressista.

A posição do proletariado deve ser a de se colocar contra as manobras burguesas que visam atender ao imperialismo e atacar as massas, mas nunca a de defender a Constituição burguesa. A forma de defender as conquistas sociais das massas e lutar contra o aprofundamento da opressão nacional é a luta de massa. A defesa do estatismo implica na ação de massa para colocar as estatais sob controle operário. As conquistas sociais se defendem com as greves, ocupações e mobilizações de massa por todo o país, unificando as reivindicações numa campanha nacional contra a burguesia e o imperialismo.

NACIONAL



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Eleições de 94 e golpismo

Conforme se aproximam as eleições presidenciais de 1994, a crise política vai se agravando. O PMDB se divide em torno da continuidade de apoio ao governo Itamar. A candidatura militar de Ivan Frota procura articular a direita nacionalista, dirigindo-se ao exército. As denúncias de corrupção dão o tom da guerra eleitoral entre Lula e Maluf. Os militares da reserva, em Araucária, pronunciam-se a favor do golpe. Lula acusa 300 parlamentares de corruptos e é ameaçado de processo pelo Congresso. E, finalmente, Antônio Carlos Magalhães (PFL), governador da Bahia, declara que Lula, caso seja eleito, não durará 5 meses no poder do Estado, pois será derrubado por um golpe.

Embora tal previsão tenha aparecido como um jogo da disputa eleitoral, ela está refletindo o que passa na cabeça de uma fração da oligarquia burguesa e de uma parcela de militares. Por debaixo da crise de regime e da disputa pelo poder para o próximo ano se desenvolve a tendência golpista reacionária. Sem dúvida, é ainda embrionária, mas pode ganhar corpo frente à decomposição da política e econômica da burguesia.

A instabilidade dos sucessivos gover-

nos posteriores ao regime militar advém da incapacidade dos capitalistas superarem a desagregação econômica do país pelos métodos da democracia. Ao contrário disso, o governo civil eleito e o parlamento têm acionado planos econômicos-financeiros que quebram forças produtivas, favorecem o grande capital especulativo e potenciam a crise social. A desintegração econômica e o empobrecimento das massas se chocam frontalmente com a democracia burguesa, que, para se estabilizar, depende do progresso econômico e de reformas sociais, amenizadoras da luta de classes.

A possibilidade do PT ganhar as eleições causa temores em certos setores da oligarquia burguesa, que não confiam na capacidade da social-democracia petista camuflar o choque do proletariado com a burguesia, ou seja, contra o Estado. Já não há grandes preocupações quanto ao programa do PT, que já se mostrou adaptado aos interesses capitalistas e inclusive ao imperialismo. O problema está em se o PT será capaz de abafar a luta de massas, que tende a se agravar.

O PT procura responder a essa questão com a proposta de aliança com o PSDB, PDT, etc. Lula tem consciência de

que não poderá governar o capitalismo sem os próprios partidos capitalistas, fundamentalmente daqueles que têm orientação social-democrata. Tem a ilusão de que poderá fazer um governo semi-reformista, agradando todas as classes em choque.

O possível fracasso dessa política alimentará as tendências golpistas, que não encontrarão resistência no reformismo petista, a não ser no proletariado que deve se preparar para tal. O eleitoralismo e o reformismo demagógico desarmam as massas da luta contra a reação capitalista.

É necessário que a vanguarda não se iluda e lute no interior dos explorados por uma política e organização independentes da burguesia e do próprio reformismo capitulador. Isto significa rechaçar o eleitoralismo e potenciar a luta direta de massa.

Nacional

Por que o PMDB está dividido?

A votação sobre o apoio ou ruptura com o governo Itamar mostrou a divisão do PMDB. Apenas três votos separaram o partido da ruptura com o governo. A decisão ficou mesmo por conta dos acordos fechados com os governadores, que são os que realmente controlam a máquina do partido.

O PMDB nunca foi um partido de fato. Surgiu como uma frente burguesa imposta pela ditadura militar, quando esta dissolveu os partidos e decretou o bipartidarismo ARENA/MDB, deixando outros na ilegalidade, como os PCs. Serviu como coadjuvante nos processos eleitorais fraudulentos, porque aparecia como válvula de escape eleitoral para a insatisfação popular com a ditadura. Agrupava as mais diversas frações da burguesia e também serviu de refúgio para atividade eleitoral do estalinismo durante mais de 15 anos. Quando passou a obter votações majoritárias e elegeu senadores e governadores, compactuou com a transição democrática sem traumas, conforme estratégia do General Golbery do

Couto e Silva. Foi assim o principal responsável pelo fracasso do movimento das Diretas em 84, pelo acordo com a parte da ARENA que originou o PFL e que elevou Sarney à presidência substituindo Tancredo, nome submetido aos militares. Seu crescimento eleitoral atraiu ainda mais frações oligárquicas, tornando-o um verdadeiro "saco de gatos".

O sistema político do país leva os governadores a controlarem as bancadas no Congresso e conseqüentemente os próprios partidos. Como os governadores se elegem com base nas relações com as oligarquias regionais, estas é que acabam mandando realmente nos aparatos partidários. Isso explica o fato dos senadores se reunirem e tomarem uma posição quase unânime mas serem vencidos por qualquer articulação que obtenha apoio de alguns governadores.

O enorme poder que possuem Quêrcia e Sarney no PMDB, e, conseqüentemente, no próprio governo, é dado pela influência das oligarquias que representam.

O PMDB é o maior partido nacional. O papel desempenhado por ele tanto no governo Sarney como no de Collor ou Itamar tem sido o de avalista das medidas antinacionais e antipopulares. Sua submissão às pressões imperialistas mostra que a burguesia nacional é submissa às estrangeiras e incapaz de se opor à opressão nacional.

O proletariado precisa construir seu partido próprio, de classe, revolucionário, para ganhar independência política da burguesia e lutar para pôr fim à opressão nacional e social, e não se submeter às imitações de partido que construiu a burguesia brasileira.



FMI impõe pagamento da Dívida

O Brasil está encontrando dificuldades para renegociar sua dívida com o FMI. A queda do IPMF e as dificuldades em fazer a revisão constitucional são vistos pelo FMI como sinais de incapacidade do governo para efetivar a política econômica acertada no acordo de 1991. A perspectiva de um déficit de 25 bilhões de dólares no caixa do governo em 94 impõe uma resposta que o governo não pode dar no momento. O ministro Fernando Henrique con-

seguiu um adiamento das negociações visando um novo acordo, mas o FMI impôs o pagamento rigoroso, imediato e sistemático dos juros aos governos credores.

O Brasil já pagou nos últimos dez anos mais de 130 bilhões de dólares. Atualmente deve quantia semelhante, mas que só vale 30% do valor nominal. O que significa que o Brasil já pagou várias vezes o que realmente deve. O Brasil deve pagar cerca de 15 bilhões de dólares a cada ano em 94 e 95. Depois, continuará devendo, ainda mais que antes.

A Dívida Externa é uma imposição política do imperialismo. Serve como instrumento de exploração dos países atra-

sados. A dívida é usada para pressionar os países atrasados a entregarem suas estatais, abrirem seus mercados, aplicarem a política neoliberal. Os governos tornam-se os meios de aplicação dos planos antinacionais e antipopulares, descarregando sobre as massas os custos da crise econômica e os encargos impostos pelos credores estrangeiros.

Os setores oprimidos da nação precisam se levantar em luta contra a opressão externa e construir a frente revolucionária antiimperialista. Condição fundamental para isso é construir o Partido Operário Revolucionário.

Nacional

MOVIMENTO CONTRA O DESEMPREGO

A Frente Revolucionária em São Paulo tem atuado na organização do movimento contra o desemprego. Tem nos mostrado porque os burocratas e os reformistas não assumem tal movimento. Pois este manifesta tendências radicais de quebra da ordem vigente, de rebeliões, de saques, de quebra-quebra, etc.

Este movimento tem mostrado até onde vai o papel criminoso da burocracia sindical, que não considera os desempregados como parte das categorias. Para os burocratas, o operário só tem valor quando empregado, pois é através da contribuição obrigatória (imposto sindical), do assistencial e das mensalidades retiradas dos salários, que se mantém a máquina sindical administrada por ela. Dessa forma, os burocratas se comparam aos burgueses, que só dão valor aos operários quando eles podem produzir, pois se estão doentes não servem para nada.

O movimento contra o desemprego mostra a violência que passa a classe operária e os assalariados em geral. Nas portas das agências de empregos, em São Paulo, concentram-se diariamente até 4 mil pessoas, que são constantemente vigiadas por helicópteros, pois o empresariado teme uma revolta explosiva. Além disso essa massa revoltada de desempregados está condicionada a ficar dispersa em várias agências como forma de mantê-la afastada das fábricas e do local onde de fato poderia exigir o emprego.

Com as agências, os direitos sociais dos assalariados ficam só na legislação, pois o serviço temporário anula os direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, aviso prévio, etc. As empresas utilizam o operário por dois ou três meses e depois disso troca por outro.

As agências ganham rios de dinheiro com o desemprego. Formam verdadeiras máfias sobre o flagelo, exigindo segundo grau para faxineiro quando as escolas públicas estão fechando sob o governo capitalista de Fleury, fato evidenciado na greve dos professores. Muitas vezes anunciam empregos que não existem, levando os desempregados ao desespero, principalmente diante do preço da condução que está insuportável para os que trabalham, que dirá aos que não têm salário.

E o que tem feito a burocracia sindical diante deste

flagelo? Limita-se a cadastrar os desempregados com o intuito de mandar cartinhas nas épocas eleitorais. A Igreja por sua vez, conciliadora entre o capital e o trabalho, restringe-se ao expediente das agências de emprego (balcão de emprego), ajudando a enganar os trabalhadores e os destrói moralmente com campanhas de alimentos e de caridade, que não resolve nem o problema da fome muito menos o do desemprego. Na verdade, de dia faz "caridade pública" e de noite organiza o saque junto com os patrões.

Diante dessa barbárie, onde a burguesia se utiliza do flagelo criado por eles para aumentar a exploração e a lucratividade, os revolucionários devem se colocar e assumir como parte de suas vidas a defesa da sobrevivência dos operários, organizando a resistência à mutilação e fazendo recair a responsabilidade dessa contradição capitalista sobre as costas das burocracias sindicais e de seus amos, os burgueses. Devemos organizar o movimento contra o desemprego, procurando uní-lo ao dos empregados para desmascarar a burocracia sindical e possibilitar a retomada dos sindicatos pela classe, colocando-os a serviço da organização e da luta de classe.

* CHEGA DE DESEMPREGO

Pelo fim das agências, que os empregos voltem às fábricas!

Pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário

Pela divisão entre todos os trabalhadores do total nacional de horas trabalhadas para que ninguém fique fora da produção, isto é, pela escala móvel de horas de trabalho

* PELO SALARIO MINIMO REAL

Pela vida dos operários e morte aos capitalistas!

PARTICIPE DO COMITÊ CONTRA O DESEMPREGO

Todas as quintas feiras, às 18 hs, na CUT Regional SP

Rua Silveira Martins, 8 (Metrô Sé)



A burocracia conciliadora insiste nas câmaras setoriais. Quem ganha com o acordo?

As multinacionais automobilísticas se utilizaram do desemprego para obterem a redução do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) e, assim, aumentar seus lucros. O Sindicato Metalúrgico do ABCD, dirigido por Vicentinho, usou todo o seu peso para que o governo e as montadoras selassem o acordo. Em troca, obteve a promessa da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfa-vea) de que se manteria o nível de emprego e que os salários acompanhariam a inflação. Com esse acordo, o sindicato anulou a campanha salarial.

Neste momento, se retorna à Câmara Setorial. E qual é o problema? O sindicato demonstra que há uma grande defasagem entre o aumento da produção e nível de emprego. As montadoras elevaram brutalmente as horas-extras para não empregar.

Segundo a denúncia do sindicato, em julho, foram realizadas 25 milhões de horas-extras, que correspondem a milhares de novos empregos. Diz o documento metalúrgico que enquanto a produção de agosto foi de 35,93% maior que a de agosto do ano passado, comparativamente, o nível de emprego caiu 2,39%. Em respos-

ta a estes cálculos, o presidente da Anfa-vea, lembra Vicentinho: "O acordo prevê, até 1995, aumento de 50% no volume de produção (115 milhões de veículos) e de 4% no número de empregos (quatro mil novos postos de trabalho)".

Como podemos ver, a burocracia sindical submeteu os metalúrgicos numa camisa de força confeccionada pelas multinacionais e pelo governo. O seu conteúdo prevê o aumento da taxa de exploração do trabalho e o reduzido aumento do número de emprego. As manifestações de descontentamento ocorridas na Mercedes Benz, Volkswagen, etc com a implantação do operário polivalente, em que se faz várias operações distintas, reflete a sobrecarga do trabalho.

Os burocratas vendidos do sindicato, que fazem cursos e mais cursos no Instituto Cajamar, sabem que os capitalistas se utilizam do aperfeiçoamento dos métodos de exploração da força de trabalho para aumentar a sua lucratividade. O acordo da Câmara Setorial possibilitou reduzir impostos em mais de 5%, reduzir empregos e aumentar a exploração. Não há nada mais favorável aos capitalistas,

que perseguem exclusivamente o aumento da lucratividade.

Os metalúrgicos devem dizer não à conciliação pró-capitalista da burocracia de Vicentinho. Que o sindicato rompa com a Câmara Setorial e lance um movimento pela redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução dos salários. Esse é um primeiro passo para que o conjunto dos explorados saiam em defesa radical do fim do desemprego, através da implantação da escala móvel de horas de trabalho, que significa, dividir o total nacional de horas trabalhadas entre todos os trabalhadores (empregados e desempregados). Sem esta luta, os capitalistas continuarão a acumular riquezas, e o desemprego a aumentar.

NACIONAL

BAHIA

O capitalismo em crise vem agravando as condições de vida das massas.

A crescente incidência de tuberculose na Bahia é consequência do crescimento da miséria. Este estado nordestino foi considerado um exemplo de controle da tuberculose, pela propaganda oficial. Agora, se estima que a Bahia tem 10% dos casos do Brasil.

Os dados de notificação indicam que em 1988 houve 8.057 novos casos de tuberculose, ou seja, 71,6 casos por 100 mil habitantes. Em 1989 houve queda: apenas 7.811 novos casos. Mas em 1990 o número aumentou para 8.471 (78,9 por 100 mil habitantes). Em 1991 houve nova queda para 7.360. Hoje, volta à casa dos 8 mil novos casos. Cerca de 500 pessoas morrem por ano vítimas desta doença da miséria.

Na verdade, os dados mostram um alto índice em todos os anos. A volta da tendência ao crescimento da incidência coincide com o avanço da miséria, a ponto de tuberculosos procurarem os hospitais para obterem um prato de comida, como revela a enfermeira Eurídice Barbosa.

Esta situação de penúria dos explorados se combina com a decadência crescente do sistema de saúde pública. Os médicos denunciam a "extinção da campanha nacional de combate à tuberculose", instalada desde a década de 40. O pneumologista Antonio Carlos Peçanha Martins, diretor do Hospital Octávio Mangabeira, expõe a dramática crise da saúde pública: "Com o desmantelamento do atendimento primário e secundário, ao qual cabia a procura dos novos casos, com o controle dos comunicantes, o Hospital Octávio Mangabeira teve que assumir até mesmo o tratamento ambulatorial dos pacientes portadores de tuberculose".

Com a proliferação da Aids, o quadro se torna horripilante. Os próprios técnicos em saúde, no entanto, reconhecem que a raiz do problema está no aumento da miséria. Não há medicina no mundo que erradique a tuberculose sem se extirpar a pobreza absoluta de grande parte

da população.

A intenção do Banco Mundial em financiar reformas hospitalares no Octávio Mangabeira serve para tapar o sol com a peneira. O capital imperialista do Banco Mundial é responsável direto pelo saque de riquezas nacionais, que resulta em pobreza do país e miséria das massas. O fato é que o capitalismo decadente se tornou incompatível (contraditório) com a saúde elementar dos trabalhadores, reduzidos a indigentes, desempregados e subempregados. Somente a luta dos explorados poderá reverter essa barbárie.



Debate da Frente Revolucionária

No dia 18.09, no Rio de Janeiro, após a reunião da coordenação nacional da Frente Revolucionária, realizou-se um debate sobre conjuntura nacional e internacional, o qual foi convocado pela seção local.

está obrigada a superexplorar, destruindo forças produtivas e aumentando a opressão sobre os países semicoloniais, como é o caso do Brasil, que se encontra num avançado processo de desestatização e de abertura das fronteiras para a penetração quase que total das mercadorias metropolitanas.

Confunde-se este fenômeno (base da crise) com o avanço tecnológico, a robotização, a informática, etc. É lógico que o desenvolvimento atingido pelas forças produtivas mundiais estão em contradição com a propriedade privada e este fenômeno já se mostrou desde a primeira grande guerra, e que, portanto, o que ocorre hoje é o seu agravamento.

A ausência de uma direção revolucionária que organize o movimento pela expropriação da burguesia e libertação dos meios de produção permite que se consuma a barbárie capitalista, configurada em guerras bélicas, pois a superexploração e o ataque aos direitos sociais do conjunto dos trabalhadores não serão suficientes para saciar a sede dos capitalistas, potenciando mais ainda a crise.

O socialismo é a condição única de progresso da humanidade e o marxismo se encontra totalmente vigente em todos os seus aspectos. A não compreensão deste fenômeno, sob a pressão do imperialismo e ausência do partido revolucionário, leva uma série de organizações operárias e mesmo militantes a concluírem com idéias da classe dominante, que faz campanha diariamente alegando que

"o socialismo morreu", "os tempos mudaram", "o capitalismo evoluiu", etc. Esta confusão induz as organizações e militantes a ostentarem o absurdo, como o ocorrido no debate, da possibilidade do capitalismo satisfazer as necessidades da humanidade e da eternização deste.

O debate também apontou para as tendências fascistas do Estado. A política neo-liberal é o resultado da crise estrutural do capitalismo e a fascistação é uma necessidade do capital. Concluiu que cabe às esquerdas dar uma resposta e a Frente Revolucionária deve ser um instrumento, caminhando para superar a ausência do trabalho de massa e as debilidades das esquerdas no seu conjunto.

Mostrou ainda o debate a necessidade de uma organização mundial do proletariado. Foi sugerido que a Frente realize uma atividade internacional com a participação de seções de outros países ligados a ela, para propiciar melhor clareza do internacionalismo proletário, de uma forma mais concreta.

A TPOR defendeu a necessidade da construção do partido programa, da assimilação pelas massas deste programa, transformando-se em ação revolucionária de massa e contrapondo-se, dessa forma, ao foquismo e ao radicalismo pequenoburguês. Por fim, o debate evidenciou a necessidade de aprofundar a formação sindical e política da vanguarda.

O evento mostrou o quanto os trabalhadores estão descontentes com as direções e que este descontentamento reforça a tese do apoliticismo, do desespero e da ação a qualquer custo defendida pelo radicalismo pequenoburguês. Revelou que as pessoas não estão dispostas a tolerar muito bate-papo sem uma intervenção prática.

Também mostrou uma incompreensão do fenômeno principal da crise pela qual passamos, ou seja, a contradição entre o trabalho coletivo e a apropriação privada que gera a superprodução de mercadorias e a impossibilidade dos trabalhadores terem acesso a elas. E que a burguesia se digladiava pelas conquistas e ampliação dos mercados, aprofundando assim os seus conflitos internos. E que, dessa forma,

FRENTE REVOLUCIONÁRIA: reunião da coordenação confirma Encontro Nacional em outubro

Na reunião da coordenação da Frente Revolucionária, ocorrida em 18.09, no Rio de Janeiro, manteve-se o Encontro Nacional a ser realizado em 30 e 31 de outubro em São Paulo, com a seguinte pauta: a) balanço da Frente Revolucionária; b) conjuntura nacional e internacional; c) perspectivas e organização da Frente.

Também nessa reunião realizou-se um balanço da Frente. Analisando os seus problemas e o seu caráter superficial, constatou-se que a sua construção é vital para o momento, tendo em vista o avanço do imperialismo na destruição das forças produtivas e mesmo na destruição física de grande parte do operariado, bem como, um grande ataque às vidas das massas assalariadas. Assim, a

construção de uma frente que se disponha a organizar a resistência dos oprimidos contra a barbárie capitalista, é uma tarefa urgente.

Apesar dessa necessidade estar colocada desde o início a Frente não se concretizou, pois não entendeu o seu papel colocado. A TPOR fundamentou essa contradição mostrando que grande parte dos agrupamentos que compõem a Frente não incorporaram a estratégia da revolução e ditaduras proletárias, bem como a sua tática correspondente. Apesar de em palavras divergir da CS e do PSTU no que se refere a construção de um partido revolucionário através de uma frente eleitoral, não é capaz de se contrapor à política do PSTU através da luta direta das mas-

sas. Não compreendeu o caráter leninista do partido, como condição para a revolução proletária. Por isso procuram substituí-lo por frentes tipo sandinistas da Nicarágua, que no fundo correspondem a posições democratizantes e a método foquista (ultra-esquerdista).

Diante do total controle dos movimentos pela burocracia sindical, da ausência de centralização das lutas, da presença desta política que age como extensão do Estado e mantém a governabilidade de Itamar, e com uma massa operária sendo jogada na fome e na miséria, os componentes da Frente não vislumbram a necessidade e a possibilidade de se aproveitar destas contradições que o capitalismo cria para organizar uma luta unificada



de resistência à barbárie capitalista, que retira do operário o mais elementar direito que é o trabalho.

Um momento propício para a ação revolucionária e sua organização, para desmascarar as burocracias que se beneficiam com as mordomias nos sindicatos, enquanto a classe agoniza.

Para a TPOR este é o sinal de fraqueza da Frente Revolucionária. Não tem claro os princípios básicos do marxismo, das contradições do regime e de nossa potencialização se apoiando nelas.

O Encontro Nacional deverá ser um marco para que possamos organizar uma

intervenção mínima na luta direta, concentrando as forças dispersas. Sob a disciplina e a democracia operária intervir no seio do movimento operário, no sentido de colocá-lo na defesa das forças produtivas, da luta antiimperialista e da destruição do capitalismo. Esta tarefa será acompanhada de formação política marxista, no estudo dos fenômenos que nos divide e que nos faz organizações divergentes. É lógico que a construção do partido revolucionário será a condição única capaz de dar vitória a esse movimento. Aos revolucionários da Frente está colocado o lema: "Sem teoria revolu-

cionária não há ação revolucionária". E só o estudo teórico deslocado do caldeirão da luta de classes (da prática) de nada servirá.

* Em defesa da vida dos operários e de seus familiares

* Em defesa da nação oprimida

* Morte ao capitalismo e ao imperialismo

* Pela construção de uma frente revolucionária antiimperialista

* Não à barbárie, viva o socialismo!

CRATO: Não é com evangelização que a fome acabará, e sim com a revolução

No início de setembro, 125 padres e agentes pastorais se reuniram no Centro de Expansão da Diocese do Crato para discutirem a linha de evangelização dos miseráveis nordestinos.

Sabemos que a evangelização nada mais é do que ensinar aos explorados como continuarem escravos bem comportados, ainda que isto lhes custe morrer de fome. Enquanto para os oprimidos é prometido o céu, para os ricos exploradores é assegurada a terra, ou seja, a economia capitalista (a propriedade privada dos meios de produção de onde sai a miséria). Mas o extraordinário é que os padres concluam "ser difícil evangelizar um homem com fome" (Diário do Nordeste).

De fato, a superexploração, a seca e a falta de comida têm mutilado física e mentalmente uma grande camada das massas nordestinas. E estas não só têm dificuldade de assimilar as falsidades religiosas como não se podem dar ao luxo de frequentar as igrejas. Embora por seu atraso sejam suscetíveis ao ópio religioso, devido a suas necessidades vitais não conseguem se distrair. Estão mais próximas dos saques a supermercados do que aos conselhos de irmandade entre latifundiários e camponeses.

Os dados do artigo do Diário do Nordeste é que nos mais interessa. Denuncia a existência do trabalho escravo na região do Cariri, onde se utiliza jagunços para submeter o camponês pobre e as lideranças sindicais. No passado, o êxodo rural se dirigia primordialmente para o Sudeste, agora se desloca para as cidades nordestinas de porte médio, constituindo vastas favelas.

Ocorre que a crise capitalista é geral e o desemprego nos grandes centros industriais tende a crescer, como é o caso do estado de São Paulo com seus um milhão e quinhentos

mil desempregados. Assim, o camponês nordestino não é transformado, em grande parte, como no passado, em proletário urbano, mas sim em indigentes favelados das cidades grandes e médias do nordeste.

Não é preciso dizer que esse fenômeno começou nos centros industriais do Sudeste. O campo começou a se esvaziar, como indica o IBGE que constata 30% da população vivendo nas zonas rurais, entretanto a indústria não só não absorve nova mão de obra, como se desfaz de uma parte da antiga, demitindo em massa.

A seca apenas agrava o quadro social, condicionado pela estrutura latifundiária predominante e pela economia agrária arcaica, a qual faz parte o minifúndio atrasado (pré-capitalista). As frentes de trabalho abertas pelo governo não fazem mais do que manter a escravidão e a fome. O trabalhador, expulso das terras, acuado pela seca e pela falta de comida, se entrega a mais brutal exploração, recebendo menos de um salário mínimo. Não é preciso denunciar o trabalho escravo do Cariri como se fosse uma exceção, pois ele está à vista nas frentes de trabalho

Enquanto a Igreja influenciar as massas com sua evangelização e as lideranças agrárias continuarem com a política de encontrar solução no Estado burguês (nos programas governamentais de assentamentos, etc), os camponeses continuarão a ser expulsos e a morrer de fome.

É necessário se reerguer as Ligas Camponesas, sob a base de um programa de expropriação dos latifúndios, nacionalização das terras e entrega delas aos comitês camponeses revolucionários. O que quer dizer lutar por um governo operário e camponês.

Frente Revolucionária



Nacional

Uma discussão necessária: nossas divergências com o PLP

O Partido da Libertação Proletária (PLP) é uma organização que tem sua origem no PCB estalinista. Em sua evolução, que lhe custou uma importante cisão no último congresso, tem procura-

do se afastar da herança estalinista. Mas esta tarefa não tem sido fácil, porque implica fazer uma crítica radical às concepções de Stalin e uma severa autocrítica, assumindo o marxismo-leninismo-trotsquismo.

Por um lado, a incapacidade de fazer uma clara distinção entre o leninismo e o estalinismo, e por outro, de reconhecer plenamente o acerto de Trotsky na sua luta contra a revisão estalinista do bolchevismo, tem levado a que setores do partido procurem fazer uma eclética (misturada) fusão com o maoísmo, o gramscismo, rosaluxemburguismo, e tc.

Sem o rigor marxista, o PLP tende ao radicalismo democratizante e a cometer graves erros de caracterização. Destacamos dois pontos dessa polêmica ocorrida em Fortaleza.

1) A estratégia do governo revolucionário dos trabalhadores

O PLP nega a estratégia do governo operário e camponês, levantada programaticamente pela TPOR e se coloca no campo das esquerdas que levantam o governo dos trabalhadores, procurando se distinguir com a palavra revolucionário. Com isso quer dizer que será um governo saído da revolução socialista, diferente da utilização eleitoral feita pelo PSTU. Mas o fato é que

o PLP não conseguiu demonstrar a diferenciação programática e de método dos defensores do governo dos trabalhadores, que também dizem ser socialistas.

Onde está um dos pontos centrais do caráter democratizante radical do governo revolucionário dos trabalhadores? Está na indefinição proletária de tal governo. Os trabalhadores abarcam desde o proletariado fabril até os camponeses, bem como a classe média urbana arruinada.

Ao se entender a indefinição de trabalhadores para a classe operária, o PLP sai da caracterização marxista, ou seja, da realidade objetiva em que o proletariado se distingue da pequena burguesia agrária e urbana por seu lugar que ocupa na produção capitalista. Assim, nega-se programaticamente estabelecer a mecânica das classes, em que o proletariado entre os explorados é a classe por excelência revolucionária, ou seja, capaz de construir o programa socialista e materializá-lo através da revolução. Da mesma forma, não pode reconhecer seu papel dirigente da maioria explorada e o papel específico do campesinato brasileiro na revolução proletária.

As esquerdas que se reivindicam do marxismo se negam a estudar concretamente as classes que conformam a estrutura capitalista do Brasil, e, por isso, acabam por enveredar no oportunismo, que em sua essência nega a estratégia da ditadura do proletariado. A forma de governo sem precisa definição de classe está em contradição com o princípio marxista da ditadura de classe do proletariado contra a minoria exploradora.

2) A negação da caracterização semi-colonial do Brasil

Perguntamos ao debatedor do PLP: se o Brasil não é um país capitalista semi-colonial, então o que é? A resposta foi: um país dependente.

A caracterização não pôde ir mais longe do que esta afirmação. Em contrapartida, o militante peepista diz que considerar a existência de países oprimidos e opressores, portanto, reconhecer a opressão nacional, significa negar a luta de classes, substituindo-a pela opressão de uma nação sobre outras. Este questionamento é desconhecer o leninismo, que melhor caracterizou a opressão nacional e elaborou a doutrina da autodeterminação das nações oprimidas.

O domínio imperialista das potências e

a conseqüente opressão nacional exercida sobre os países semicoloniais são próprios do modo capitalista de produção, ou seja, expressa a opressão social. A opressão nacional e social são duas faces do regime de exploração capitalista do trabalho.

O capitalismo é um regime mundial de produção, por isso tornou as nações interdependentes. Mas isto não quer dizer que estão numa posição de igualdade. Se se reconhece o imperialismo, não se pode deixar de reconhecer as semicolônias. A posição de dependência (subordinação pela força imperialista, como explica Lenin) é uma relação de opressão nacional do imperialismo, que saqueia as débeis nações capitalistas atrasadas. O capital financeiro internacional, sob o controle dos 7 grandes, atua sobre as fronteiras nacionais dos países atrasados, submete-os cada vez mais e determina em grande medida seu atraso econômico e social. Assim, controla-os por dentro e por fora, ou seja, na produção e no mercado.

O PLP não tem um estudo sobre a estrutura econômica e social do Brasil, senão reconheceria a coexistência de modos de produção distintos, como o pré-capitalista e o capitalista. A coexistência também não significa igualdade ou equilíbrio, como pretendeu questionar o representante do PLP. Na relação de coexistência domina a força capitalista, que de forma combinada sustenta o pré-capitalismo e limita seu desenvolvimento. O estudo da economia agrária brasileira demonstra claramente a unidade de tal coexistência, em cuja base está a lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em que convive numa mesma unidade o atraso pré-capitalista com a mais avançada técnica industrial capitalista.

Por não analisar, com o método marxista, a realidade do país, como parte da economia mundial, o PLP não pode reconhecer o caráter semi-colonial e com isso não distingue as classes sociais.

Assim, não tem como avançar na elaboração do programa que combina as tarefas democráticas, como a independência nacional, etc (antiimperialistas) com as socialistas (anticapitalistas). Esperamos, com esta primeira discussão pública, avançar a construção do partido operário revolucionário.

Frente Revolucionária

